



**DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA À INCLUSÃO SOCIAL:  
EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS EM UMA ESCOLA SITUADA NO  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA - RJ**

Amabile Aparecida Xavier Rodrigues; Arildo dos Santos Amaral; Thacio Azevedo Ladeira;  
Marcela Ferreira Feijó; Maria Goretti Andrade Rodrigues

*Universidade Federal Fluminense  
goretti@vm.uff.br*

**Introdução:** Considerando que a prática segregacionista ainda é uma realidade em muitas escolas no Brasil, entendemos ser fundamental promover a discussão sobre as ações que apontam caminhos pedagógicos possíveis para uma educação inclusiva. Nesse sentido, para que a educação para todos não seja apenas utópica, procuramos meios para promover sua concretização no sistema de ensino regular através de um trabalho que procura delinear práticas inclusivas. O trabalho em tela tem como finalidade relatar as especificidades da prática pedagógica realizada em uma escola de ensino regular, que através da Mediação Escolar (MOUSINHO et al, 2010; GABRY et al, 2012) oportuniza na escola conhecimentos funcionais à vida e ao exercício da cidadania, proporcionado a inclusão social da aluna que chamaremos de Tatá (nome fictício).

Relatar experiências que atravessam o cotidiano escolar no exercício da docência se constitui como tarefa intrínseca ao ato de pensar, pois no exercício da prática consideramos indispensável refletir incessantemente se o que pensamos alcança na prática a amplitude que o pensamento propõe, e se o fazer pedagógico corresponde às nossas concepções sobre educação inclusiva. Quando falamos em educação inclusiva nessa perspectiva, estamos falando sobre a articulação da compreensão da realidade e do pensamento que a mesma evoca em sua materialização. Contudo, entendendo a importância da educação inclusiva para a escola e para a formação humana de pessoas conscientes, enfatizamos que atender a diversidade sem cair nas armadilhas da diferenciação é essencial nesse processo, ao passo que o propósito de construir alternativas inclusivas é realizado no acolhimento da subjetividade do outro. No entanto, destacamos que essas experiências não envolvem “receitas” para incluir, mas que são construídas através da realidade que os princípios de uma inserção ecológica (BRONFENBRENNER, 2011) possibilita.

**Metodologia:** A “inserção ecológica”(BRONFENBRENNER, 2011) dos bolsistas de iniciação à docência na escola demarcada como universo dessa pesquisa permitiu um olhar ampliado na análise de dados do Estudo de Caso de Mediação Escolar.

**Resultados e Discussão:** O trabalho desenvolvido na Escola Municipalizada Deputado Armindo Marcílio Doutel de Andrade tem como objetivo promover a inclusão das diferenças como ponto de partida para o processo de ensino-aprendizagem, através de uma prática pedagógica sensível às especificidades dos alunos. Nesse caso a Mediação Escolar de crianças portadoras de transtorno global do desenvolvimento ou deficiência, emerge como uma tecnologia social inovadora, que



# IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

representa uma possibilidade de efetiva solução de transformação social para alunos com tal diagnóstico que apresentam grande dificuldade em frequentar a sala de aula do ensino regular, que permaneceriam excluídos da escola. O que nos é demonstrado é como a heterogeneidade pode contribuir para a educação inclusiva e como a dialética do encontro com a diversidade contribuiu e contribui para a aprendizagem.

Essas considerações ilustram a proposta pedagógica que embasa a experiência realizada na escola. No início, percebemos que Tatá estava na escola, mas observamos que a escola não estava em Tatá. O sentimento de pertencimento ao espaço só foi possível através do tempo, que em sua transcendentalidade proporcionou esse atravessamento. Assim que Tatá chegava à instituição, queria voltar para casa. Manter sua permanência na escola se constituiu como nosso principal objetivo, visto que sem o trabalho pedagógico que buscava sua inclusão, Tatá poderia estar excluída da escola. A aluna apresentava dificuldades para se relacionar com os outros alunos e rejeitava manifestações de carinho. Acreditamos que essa barreira que Tatá construiu pode ser resultado de práticas segregacionistas anteriores à sua entrada nessa escola. Nesse sentido, destacamos que Tatá apresenta significativos avanços em seu desenvolvimento por encontrar-se na escola, se relacionando com todos e com meio. A aluna atualmente reconhece e interage com todos os alunos da turma, mantendo interesse restrito em apenas dois, E. e L. Em todas as atividades Tatá brinca com E. e L. e chama seus nomes constantemente na sala de aula. A educanda, naturalmente consegue demonstrar seu carinho por todos na escola, revelando que a diversidade na escola possibilitou encontros que transcendem os muros e que serão significativos por toda vida de Tatá.

A mediação escolar emerge na escola como uma possibilidade de assegurar a permanência da aluna na sala de aula, correspondendo suas demandas no ensino regular e oportunizando também aos outros alunos a convivência com as diferenças. A mediação nesse processo assume o papel de auxiliar na inclusão dos alunos com necessidades especiais, pois busca desenvolver a autonomia e independência do aluno de maneira que os conhecimentos adquiridos na escola possam atravessar sua vida para exercer sua cidadania. No entanto, entendemos que a educação e cidadania se inter-relacionam na medida em que a educação deve oferecer os subsídios para que o sujeito possa compreender seus direitos e deveres na sociedade.

Partindo do princípio de que a Constituição Federal garante o acesso de todos à educação, incluindo os portadores de necessidades especiais, nossa função pedagógica consiste em proporcionar a consolidação desse direito através de uma prática pedagógica que busca oferecer subsídios para a efetiva inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola de ensino regular. Considerando que para viabilizar a construção de uma escola inclusiva é imprescindível que exista um trabalho pedagógico organizado com o objetivo de alcançar essa finalidade, destacamos que o trabalho coletivo na escola é fundamental nesse processo de construção e que este trabalho não seria possível se a escola oferecesse resistência em sua organização e prática pedagógica, como ocorre no ensino tradicional.

De acordo com Mantoan (2010), as escolas tradicionais não dão conta das condições necessárias às mudanças propostas por uma educação aberta às diferenças, pois não são concebidas para atender à diversidade e têm uma estrutura rígida e seletiva no que diz respeito à aceitação e à permanência de alunos que não atendem as suas expectativas acadêmicas clássicas e conteudistas.

Corroborando as considerações de Mantoan (2010) acerca da escola tradicional, consideramos que o nosso trabalho desenvolvido na escola busca romper com as práticas



# IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

excludentes de um ensino aos moldes de uma escola tradicional, que por suas características clássicas e históricas não pode ser inclusiva. A organização de uma escola tradicional busca normatizar alunos de acordo com sua lógica produtiva, nesse sentido, essa escola não acolhe a diversidade que inevitavelmente existe no interior da escola. Romper com essa lógica significa ressignificar esse espaço oportunizando um trabalho pedagógico flexível através de práticas instituintes que possam atender às singularidades de todos os alunos.

Enquanto educadores, reconhecemos a importância da promoção de uma educação inclusiva. Todavia, essa educação deve estar calcada no privilégio das relações humanas. Portanto, a efetivação de tal ambiência demanda mudança da cultura institucional. Cada escola é resultado de um processo histórico onde se faz necessário uma revisão sobre as práticas que perpassam por essa construção. Sabemos que o âmbito escolar é permeado por vários atores escolares/sociais, dentre esses, alunos, pais, funcionários, entre outros. Sob essa ótica, cabe salientar que a construção de um ambiente de fato inclusivo só é possível por meio de uma construção coletiva, onde todos esses sujeitos devem estar envolvidos.

O Currículo Funcional Natural emerge nesse cenário como uma proposta para contribuir no desenvolvimento da aula visando preparar para situações cotidianas da vida em sociedade. O Currículo Funcional Natural expressa em seu nome qual é sua amplitude e a que se destina. Portanto, Suplino (2009) aponta amplitude desse tipo de intervenção pedagógica:

Um currículo funcional natural é composto de uma filosofia que norteie as práticas educacionais, objetivos e procedimentos de ensino que facilitem a apropriação, por parte do aluno, daquilo que é ensinado. O currículo também deve ser passível de constante avaliação possibilitando ao educador a análise constante do processo de ensino-aprendizagem de modo que possa perceber os avanços do aluno como também os entraves que se apresentem. A avaliação constante do processo de ensinar conduz o professor a julgar a eficácia dos procedimentos que vinha utilizando os quais, talvez, necessitem ser modificados (Suplino, 2009, p.44).

Além da aplicação desse currículo nas salas de aula de ensino regular, as professoras que atuaram nesse processo desenvolveram atividades que envolveram toda a turma de maneira que a aluna Tatá pudesse ser incluída. Em 2012, quando Tatá chegou à escola, apresentava dificuldades para se expressar e se relacionar. Não reconhecia as letras do alfabeto e não conseguia permanecer na sala de aula até o fim das aulas e demonstrava constantemente seu descontentamento em estar naquele espaço que lhe causava estranhamento. Com o tempo, buscamos propiciar à aluna a sensação de pertencimento ao espaço escolar, e isso só foi possível através de suas vivências ao explorar esse universo escolar e toda a riqueza que as relações presentes nesse espaço oferecem aos alunos.

**Conclusões:** A análise desse processo nos permite concluir que a alfabetização da aluna não ocorre em um tempo pré-determinado, mas de maneira singular, dentro de suas possibilidades e potencialidades.

O cuidado de repensar a prática pedagógica para receber a aluna consiste no elemento fundamental do ensino inclusivo, visto que muitos professores apresentam resistência para refletir e modificar suas práticas. Observamos que durante o percurso da aluna Tatá, na escola, todos os



# IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

alunos aprendem a conviver com as diferenças diariamente e que a mesma construiu vínculos importantes para sua formação. Percebemos ainda que a sensibilidade dos encontros que a escola possibilita se constitui como o pilar central de sua aprendizagem. O valor humano da alteridade demonstra que também é construído através do encontro. O acolhimento, os gestos, e a preocupação constante com o outro fazem com que o conhecimento adquirido na escola não seja apenas conteudista.

Enquanto educadores, devemos romper com o que está instituído, desinstitucionalizando as práticas excludentes e instituídas. Podemos dessa forma fortalecer uma visão coletiva e não individualizada e homogênea daquilo que nos perpassa e nos constitui enquanto sujeitos. Assim, a ideia de uma escola inclusiva deve estar ancorada à ideia de escolas diversas e plurais, efeito de experiências bem-sucedidas, sempre particulares, que já foram construídas ou estão por construir permanentemente e historicamente, sendo contra aquilo que querem homogeneizar o que é diverso por condição.

## Referências Bibliográficas:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do Desenvolvimento: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre, Artmed, 2011.

GABRY, A. M. ; CUSTODIO, C. S. ; ECCARD, I. F. ; LOCATEL, J. N. ; RODRIGUES, M. G. A. **Educação Inclusiva e Rede de Apoio: estudo de caso de mediação escolar**. In: V Congresso Brasileiro de Educação Especial - VII Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial, 2012, São Carlos - SP. Anais do V Congresso Brasileiro de Educação Especial e VII Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial. São Carlos - SP: UFSC, 2012.

MANTOAN, M. T. E; **Caminhos Pedagógicos da Inclusão: contornando e ultrapassando barreiras**. São Paulo, 2010.

MOUSINHO, Renata et al. **Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões**. Rev. psicopedag., 2010, vol.27, no.82, p. 92-108.

RODRIGUES, M. G. A.. **Reflexões em torno do Sentido da Docência Frente à Diversidade na Escola Pública do Século XXI**. In: ANDRADE, Everardo Paiva de. (Org.). A formação de professores pela mão dos formadores: política, currículo e cotidiano nas licenciaturas da UFF. Niteroi: EDUFF, 2013, v. , p. 56-72.

SUPLINO, Maryse. **Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Brasília, 2009.